



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Vereadores de Redentora

CNPJ 94.726.825/0001-31



PROJETO DE LEI Nº 006/2024

FIXA O SUBSIDIO DO DOS SECRETÁRIOS
MUNICIPAIS PARA O EXERCICIO DE 2025 / 2028 E DA
OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEANDRO GONÇALVES FERREIRA DE LIMA,
Vereador Presidente da Câmara de Vereadores de Redentora, Estado do Rio Grande do Sul, no
uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu
sanciono e Promulgo a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º O subsidio dos Ocupantes do Cargo em Comissão de
Secretário Municipal, na forma constitucional prevista, é fixado em R\$. 4.600,00 (quatro mil e
seiscentos reais), a partir de 1º de janeiro de 2025.

Art. 2º O valor fixado no artigo anterior somente poderá
alterado por lei especifica de iniciativa da Câmara Municipal, assegurada a revisão anual, sempre
na mesma data e nos mesmos índices em que ocorrer forem reajustado os vencimentos dos
servidores públicos municipais.

Art. 3º Aplicam-se a esses agentes político – administrativos
no que couber, a norma estatutária, especialmente o direito a férias e 13ª remuneração nas
mesmas condições em que as vantagens forem pagas aos servidores, excetuadas as relativas a
seguridade social.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por
dotação orçamentárias próprias do Poder Executivo.

Art. 5º Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação,
produzindo seus efeitos legais a contar de 1º de janeiro de 2025

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrario, inclusive a
Lei Municipal nº 2559/2020

PLENÁRIO ENELIO COSSETIN, 04 de junho de 2024.


Vereador Leandro G. Ferreira de Lima
Presidente



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores de Redentora

CNPJ 94.726.825/0001-31

JUSTIFICATIVA



Senhor Presidente
Senhores Vereadores

Honra-nos cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, em nome do Poder Legislativo, oportunidade em que pelo presente apresentamos o presente Projeto de Lei para discussão do colendo Plenário.

A presente matéria traz novamente a discussão o subsídio do Prefeito e Vice Prefeito para o mandato de 2025/2028, para vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025. O assunto já mencionado pela Emenda constitucional nº 19/98, no que diz respeito ao Art. 29, inciso V e VI e Art. 37 XI, 150 II, 153 § 2º inciso 1º da Carta Magna.

A Emenda nº 25/00 novamente alterou o inciso 6º do Art. 29, introduzindo o Art. 29-A da Constituição Federal, que restaurou o princípio da anterioridade na fixação dos subsídios antes eliminados pela Emenda 19/98 voltando também a fixação dos subsídios do Prefeito e do Vice Prefeito a ser de exclusiva competência da Câmara de Vereadores.

Sendo assim, apresentamos o presente Anteprojeto de Lei para dar início as discussões sobre o assunto.


Vereador Leandro G. Ferreira de Lima
Presidente